

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – Setor Litoral
Curso de Especialização da Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar

ROSANA ANDRADE

**SERVIÇO SOCIAL E SEUS DESAFIOS NA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO MUNICÍPIO
DE MATINHOS**

MATINHOS

2011

ROSANA ANDRADE

**SERVIÇO SOCIAL E SEUS DESAFIOS NA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO MUNICÍPIO
DE MATINHOS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito para obtenção do Título de Especialista em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral.

Orientador: Prof. Marcos Claudio Signorelli

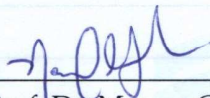
MATINHOS

2011

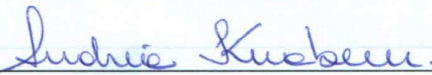
PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Orientador, Professor Doutor **MARCOS CLAUDIO SIGNORELLI**, realizaram em **03/12/2010** a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **ROSANA ANDRADE**, sob o título "*Serviço Social e seus desafios na violência contra mulheres no município de Matinhos*", para obtenção do Título de *Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido conceito "APL".

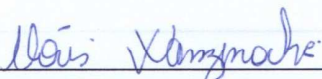
Matinhos, 03 de dezembro de 2011.



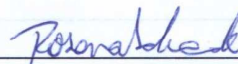
Prof. Dr. Marcos Claudio Signorelli



Prof.ª. MSc. Andréa Knabem



Prof. MSc. Clóvis Wanzinack



Rosana Andrade

Conceitos:

APL = Aprendizagem Plena

APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente

OBSERVAÇÃO:

CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE-SE REGISTRAR NO VERSO OS REQUISITOS APONTADOS PELA BANCA PARA O ACEITE FINAL DO TRABALHO.



SERVIÇO SOCIAL E SEUS DESAFIOS NA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO MUNICÍPIO DE MATINHO

Rosana Andrade¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar as possibilidades de atuação do/a profissional de Serviço Social junto às mulheres vítimas de violência doméstica no Município de Matinhos. Sendo este tema escolhido a partir de observações e estudos prévios referentes às dificuldades das mulheres em obterem maior reconhecimento e acompanhamento quando vítimas de agressão. Apontamentos da ONU mostram que estas agressões são uma violação dos Direitos Humanos, assim como, problemas de Saúde Pública. Portanto, uma interlocução do Serviço Social se faz necessária, pois se trata de um fenômeno social. O atendimento à mulher vítima de violência requer um olhar crítico, que pede a superação de preconceitos e tecnicismo para possibilitar uma atuação sempre mais humana, ágil e profissional. Porém, ainda faltam diversas articulações para que o seu direito seja efetivado.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social, Violência Contra as Mulheres, Instrumentalidade.

ABSTRACT

This article aims to analyze the possibilities of action of the / a professional social work with women victims of domestic violence in the city of Matinhos. Since this theme from observations and previous studies regarding the plight of women in obtaining greater recognition and tracking when assault victims. Notes from the ONU show that these attacks are a violation of human rights, as well as public health problems. Therefore, a dialogue of social work is

¹ Assistente Social pela Faculdades Integradas do Brasil – UNIBRASIL (2010). Artigo apresentado como trabalho de conclusão do curso de Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar. E-mail: Rosana_ass.social@yahoo.com.br

necessary, because it is a social phenomenon. The treatment of women victims of violence requires a critical eye, asking to overcome prejudices and techniques to enable an ever more human activity, responsive and professional. However, there are still several joints so that their right to take effect.

KEY WORDS: Social Services, Violence Against Women, Instrumentality

1. INTRODUÇÃO

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia a dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidário. (MARILDA IAMAMOTO)

A violência contra a mulher ocorre, sobretudo no espaço doméstico familiar, espaço este onde mulheres e meninas deveriam sentir-se mais seguras. Apontamentos da Organização das Nações Unidas – ONU – mostram que estas agressões são uma violação dos Direitos Humanos, assim como um problema de Saúde Pública. Portanto, uma interlocução do Serviço Social se faz necessária, pois se trata de um fenômeno social.

A proposta desta pesquisa visa analisar as possibilidades da atuação do profissional de Serviço Social junto às mulheres vítimas de violência doméstica no Município de Matinhos, litoral do estado do Paraná. O Município apresenta 36 balneários em sua extensão, entre o Balneário Jardim Monções e o Município de Pontal do Paraná. Compreendendo uma área de 116,544 Km², com 29.832 habitantes, sendo 15.093 do sexo feminino, segundo dados do IBGE (2011). No âmbito global, percebemos que muitas vezes a atuação da/do assistente social tem gerado dúvidas na visão de profissionais de diversas

áreas, como sendo uma atuação de superficialidade e indiferente de quem a executa..

As atribuições do Serviço Social não se restringem apenas à execução da triagem social, mas também atividades como: entrevistas, encaminhamentos, visitas domiciliares, acompanhamentos, mediações, relatórios, entre outros.

Estas observações que motivaram a elaboração deste artigo vêm buscar refletir sobre diferentes possibilidades em torno de ações nesta área, que exige dos/das profissionais atenção e sensibilidade, conhecimento e ética.

O/A profissional de Serviço Social não apenas tem uma concepção ética, mas também uma dimensão ética pautada nos princípios e valores norteadores do Código de Ética da profissão. Sendo um marco orientador para a intervenção, na medida em que explicita a dimensão ético-política que os/as profissionais devem adotar diante dos usuários, conforme especifica os Princípios Fundamentais do Código de Ética do Serviço Social (1993):

- ⤴ Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes;
- ⤴ Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- ⤴ Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis e políticos das classes trabalhadoras;
- ⤴ Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- ⤴ Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- ⤴ Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- ⤴ Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;

- ✦ Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
- ✦ Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- ✦ Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- ✦ Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física.

Portanto, a escolha deste assunto encontra sua justificativa na contribuição para um melhor esclarecimento, e a clarificação de uma determinada situação, com aplicação de método e técnicas específicas do assistente social, segundo Turck (2000, p. 23), que propõe que “A teoria, construída a partir da prática, estabelece como elementos constitutivos do Serviço Social: objeto, objetivos, metodologia, princípios e ética”.

Este estudo inicialmente, seria desenvolvido com os/as profissionais de Serviço Social que atuam nos locais procurados pelas vítimas de violência doméstica na realidade de Matinhos. Entretanto, a partir da observação do cenário local, verificou-se a inexistência de redes de serviços estruturados, bem como de assistentes sociais que trabalhem diretamente com esta temática. Assim optou-se por uma discussão com base bibliográfica, a partir de referenciais teóricos e empíricos relacionados à temática.

Alguns objetivos norteadores foram elencados como:

- ✦ Caracterizar a atuação do profissional de Serviço Social;
- ✦ Buscar um referencial teórico que dê suporte à caracterização do profissional;
- ✦ Levantar ações realizadas para atender tais problemas;
- ✦ Investigar trabalhos prévios desenvolvidos no contexto de Matinhos, verificando se existem atividades em rede com outros profissionais e/ou outras localidades;
- ✦ Traçar alguns dos desafios e limitações apresentados nesta realidade, refletindo sobre as possibilidades para o/a profissional assistente social.

Para concretizar tais objetivos, buscou-se realizar uma pesquisa de cunho bibliográfico, que compreendesse a intersecção dos temas propostos neste estudo. Tais temas tangenciam: a violência contra mulheres, como expressão de questão social de significativa complexidade; a caracterização da realidade de Matinhos com relação à temática central de análise; e por fim, as possibilidades e desafios acerca da atuação do/a profissional assistente social em torno da problemática, direcionando o olhar para o cenário em relevo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Expressão da questão social: violência contra a mulher

A expressão “questão social” teve origem com a sociedade capitalista, a partir de 1950, com a exploração dos trabalhadores nas fábricas. Naquele contexto, cada vez mais pessoas trabalhavam e menos pessoas enriqueciam, o trabalhador dependia da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais (apropriação do trabalho alheio). Assim podemos entender que a questão social é o conjunto das expressões das desigualdades sociais criadas na sociedade capitalista.

Como podemos perceber na definição da questão social expressa por Yamamoto:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (Yamamoto. 2005, p. 27)

Passa a ser tratada como um “problema” a partir da publicização da classe trabalhadora, o ingresso da classe operária nas cenas políticas, econômicas e sociais da sociedade capitalista, por meio de lutas desencadeadas em prol dos direitos relativos ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento em especial pelo Estado.

A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais imediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. Envolve simultaneamente uma luta aberta e surda pela cidadania. (Ianni, 1992)

No entanto, a questão social acaba sendo generalizada na criminalização, por atingir na sua grande maioria as classes subalternas, sendo considerado o pobre como “marginal”. Como comenta Iamamoto, (2005, p. 28): “ao mesmo tempo em que a questão social é desigualdade, é também rebeldia, pois envolve sujeitos que vivenciam estas desigualdades e a ela resistem e se opõem”.

Atualmente é perceptível a naturalização da questão social, no qual são criados programas assistenciais focados no “combate à pobreza” ou para conter a “violência dos pobres”. Assistentes sociais são contratados para “controlar” os trabalhadores, remodelando-os a favor do capital, incentivando-os a não faltar, não se rebelarem, pois o capital lhes fornece benefícios (os quais na verdade são direitos). O Estado intervém com garantias de direitos, mas sempre visando proteger o capitalismo.

O que podemos observar com toda a transformação do capitalismo e da sociedade é que não existe uma nova questão social, o que existem são novas expressões da questão social, pois o contexto continua o mesmo. Tal pressuposto é evidenciado por Pasorini (2004, p. 97) na seguinte citação:

As principais manifestações da “questão social” – a pauperização, a exclusão, as desigualdades sociais – são decorrências das contradições inerentes ao sistema capitalista, cujos traços particulares vão depender das características da formação econômica e política de cada país e/ou região. Diferentes estágios capitalistas produzem diferentes expressões da “questão social”. (2004, p. 97)

A questão social expressa disparidades econômicas, políticas e culturais, colocando assim as relações entre a sociedade civil e o poder estatal em causa. Podemos entender desta forma que a violência contra a mulher é uma consequência latente da questão social.

Tanto a Constituição Federal quanto a Constituição Estadual, garantem os direitos individuais e coletivos à vida, à liberdade, à igualdade, cabendo à

União, aos Estados e Municípios prover, por meio de órgãos específicos, a defesa dos cidadãos.

Porém, os serviços existentes para o enfrentamento da violência contra as mulheres ainda não conseguem atender de forma integral. Como no caso dos Centros de Referências Especializadas de Assistência Social – CREAS –, uma unidade pública e estatal, integrante do Sistema Único de Assistência Social – SUAS –, as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher – DEAMs – entre outros locais específicos de combate à violência contra as mulheres que são inexistentes no Município de Matinhos.

Confirmado na pesquisa de Signorelli,

Na região litorânea, que compreende sete municípios e cerca de 300 mil habitantes, não há uma rede de apoio estruturada para lidar com a questão. Não existem centros de referência, abrigos, tampouco uma delegacia específica de atendimento às mulheres. (2011, p. 80)

Nesse mesmo estudo de Signorelli (2001), podemos perceber que o déficit é desde a estrutura física até profissional, e que também os profissionais de diversas áreas não sabem para onde encaminhar estas mulheres. Apenas uma delegacia foi adaptada no litoral paranaense para atender tais problemas, mesmo assim, em uma situação pouco favorável.

Portanto, existe um grande desafio na efetivação de uma rede de serviços que agregue os diferentes programas e projetos.

As usuárias têm que ter claro que as políticas sociais são instrumentos de enfrentamento da questão social, e que é neste campo que se consolidam as Políticas Públicas, os seus direitos.

A violência é um comportamento que causa dano à outra pessoa, ser vivo ou objeto. Na esfera jurídica, violência significa uma espécie de coação, ou forma de constrangimento, posto em prática para vencer a capacidade de resistência de outrem, ou a levar a executá-lo, mesmo contra a sua vontade, “... é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo e sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo espancada, lesionada ou morta” (Teles, 2003, p. 15). É ato de força exercido contra as coisas, na intenção de violentá-las, devassá-las, ou delas se apossar.

Neste artigo, abordaremos a violência contra mulheres, que pode ser uma manifestação de violência de gênero. Gênero é uma categoria que teve sua origem nas relações sociais interligado com outras categorias como:

classe, etnia etc. Os papéis de gênero são criados pelas pessoas e não pela natureza, mudam de acordo com cada sociedade e com o tempo. Como comenta Scott (1995, p. 86) “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”.

Portanto, embora ciente das especificidades de cada conceito, destacamos que “violência de gênero” é entendida muitas vezes como “violência contra a mulher”, na qual a mulher é reconhecida como inferior em relação ao homem, que exerce um papel dominador, agressor e disciplinador (Pierre Bourdieu, 1999). A violência de gênero é produzida e reproduzida na relação de poder, caracterizado pela submissão da mulher e dominação do homem.

Para Foucault (1979), não existe poder, mas sim relações de poder e onde há poder há possibilidades de resistência, e é neste contexto que se percebe a necessidade de interação entre dominador e dominado, para assim, acabar com a discriminação, opressão, exclusão, subalternidade, preconceitos e conquistar a liberdade, a cidadania plena, a autonomia, a dignidade, pois o poder se conquista.

A violência contra a mulher apresenta-se de múltiplas maneiras e em diversos contextos, é um fenômeno antigo, que acaba sendo naturalizado e banalizado pela história (Signorelli, 2011). Mesmo sendo um assunto tão discutido pela mídia e pesquisadores, ainda assim é coberto de tabus. “... a violência contra a mulher no âmbito doméstico tem sido documentada em todos os países e ambientes socioeconômicos, e as evidências existentes indicam que seu alcance é muito maior do que se supunha.” (Organização Mundial de Saúde – OMS, 1998).

Estudos e pesquisas realizados pela Organização das Nações Unidas – ONU –, delegacias, a própria Lei Maria da Penha, entre outros mostram que a violência contra a mulher ocorre principalmente no espaço familiar, local que deveria proporcionar segurança e tranquilidade.

No município de Matinhos a questão sazonal também é vista como forma de influencia em relação à violência contra mulheres, pois fora da temporada às pessoas ficam mais ociosas, permanecem mais tempo em casa ocasionando maiores discussões e conseqüentemente maior número de violência, (Signorelli, 2011).

Em pesquisa realizada em 2008 também por Signorelli em parceria com alguns professores da UFPR e bolsistas, foram apontados alguns dados,

A pesquisa constou em aplicação de formulário anônimo à comunidade acadêmica da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, de Matinhos, que congrega pessoas oriundas dos sete municípios da região litorânea. Foram abordadas 364 pessoas (estudantes, funcionários e professores da universidade), a respeito de representações acerca da violência doméstica contra mulheres. Deste universo foi observado que 70 % conhecem alguma mulher que é ou já foi vítima de violência doméstica. Cerca de 10 % afirmam existir situações que justifiquem o companheiro ou a companheira agredirem a mulher. Esse é um dado que chamou muito a atenção, especialmente pelo fato de inclusive mulheres pensarem dessa maneira, pois endossaram essa afirmação. E ainda aproximadamente 10% da comunidade universitária é ou já foi vítima de violência doméstica e talvez o dado mais surpreendente é que 1,4 % da comunidade universitária assumiu que já praticou algum ato de violência contra mulher. Como dados adicionais, a pesquisa ainda revelou que 90% não conhecem sequer algum lugar no litoral do Paraná que ofereça alguma forma de atendimento às mulheres vítimas de violência. (SIGNORELLI, 2011, P. 79)

Desta maneira a violência contra a mulher torna-se mais complexa quando considerado que os companheiros são em geral os principais agressores, envolvendo questões de afetividade, família e vínculos financeiros. A violência cometida contra a mulher aborda também as questões culturais, nas relações de poder, fazendo com que seja reproduzida e naturalizada, cabendo historicamente ao homem à dominação sobre a mulher.

As agressões podem aparecer de diferentes formas como: física, em que há presença de lesões corporais, ou verbal, feita através de palavras, o qual não deixa de ser tão grave quanto a violência psicológica, pois a mesma pode ocasionar marcas psicológicas profundas nas vítimas. É imprescindível identificar a violência em suas formas e fatores para se ter uma melhor atuação e solução do problema. Independente do tipo e da intensidade destas agressões o importante é o conhecimento de seus direitos. Como cita a Lei Maria da Penha, sob n.º 11.340,

Art. 1.º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a

Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. (2006)

Qualquer forma de violência traz danos tanto para a mulher como para a sua família. É uma violação dos Direitos Humanos e liberdades fundamentais, por isso não pode ser ignorada, é necessário empoderar a usuária para que ela própria perceba as diferenças que acontecem com uma mudança, e através dela lutar pelos seus direitos, percebendo-se como um sujeito social, como salientado no Art. 2.º da Lei Maria da Penha, sob n.º 11.340

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. (2006)

Esta tomada de consciência não ocorre de uma hora para outra, é construída a partir de articulações de uma rede de atendimento, que juntos possam garantir não apenas a concretização de direitos, mas também sua efetivação. Para tanto, faz-se necessário um trabalho de formação mais efetivo, que não somente informe, mas que possa através da participação popular formar opiniões e, conseqüentemente, transformações no contexto vivenciado.

A violência sofrida pode trazer sérios problemas tanto psicológicos como físicos, a curto ou longo prazo, sendo que quanto antes forem detectados a probabilidade de suas conseqüências serão menores. Como mostram os estudos de Saffioti (2004)

A vítima de abusos físicos, psicológicos, morais e/ou sexuais é visto por cientistas como indivíduo com mais probabilidade de maltratar, dominar outros, enfim, de reproduzir, contra outros, as violências sofridas, do mesmo modo se mostrar mais vulneráveis às investidas sexuais ou violência física ou psíquica de outrem.

Assim a possibilidade de uma vítima tornar-se um agressor é muito grande. Muitas vezes, ela pode vir a demonstrar através da agressividade o

que está vivenciando. São sinais que nem sempre são vistos a olho nu, como hematomas, entre outros, mas percebidos na fala, no olhar, nas expressões faciais etc. É necessário conhecer e interpretar a subjetividade.

Sendo a violência contra a mulher um fenômeno social, como já dito anteriormente, o assistente social faz-se imprescindível para uma intervenção social direta, pois este profissional não apenas tem a compreensão da realidade, mas possui a condição de intervir de forma a analisar a essência do problema, ou seja, enxergar o que está nas entrelinhas, contribuindo com a garantia dos direitos, como explícito nos princípios fundamentais do Código de Ética que rege a profissão (1993): “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo”.

Não podemos deixar de considerar as dificuldades de ruptura dessas mulheres com este ciclo de violência, devido a sua submissão, preservação da família, dificuldades financeiras que são fatores determinantes na perduração dessa situação, entretanto, é imprescindível uma mudança através da tomada de consciência para transformação desta realidade, começando pela efetivação das políticas de atendimento.

Violência contra a mulher: desafios para o Serviço Social

Tendo em vista, que este artigo visa mostrar a importância do Serviço Social junto às mulheres vitimizadas, não podemos deixar de destacar que para muitos a profissão é considerada desnecessária. Entretanto, apresenta contradições tratando-se de conhecimento específico, afirmado por Turck na seguinte citação

Quando a Justiça necessita de um conhecimento específico para subsidiar uma decisão judicial, quer na área cível, quer na penal, busca a ajuda das disciplinas profissionais que possam assessorá-la nas sentenças, e este conhecimento é adquirido através de um profissional de Serviço Social, que tem o embasamento teórico-metodológico apropriado. (2000, p. 34)

Portanto, não podemos resumir a profissão ao trabalho tarefeiro e tecnicista – assim visto por muitos – ao contrário, a profissão exige do profissional uma atuação comprometida, embasada em conhecimentos teóricos

e práticos, específicos do Serviço Social, aliada a uma postura ética, que vise a garantia e efetivação dos direitos dos sujeitos sociais, porém que possua a sensibilidade de aceitar as decisões tomadas pelo ser em questão. Definido por Karsch

O conhecimento específico dos assistentes sociais não é predominantemente técnico, nem científico. O saber profissional do assistente social comporta os fortes princípios de sua ética profissional, os segredos que, durante o exercício de suas atividades, vai acumulando, e a habilidade de manejar relacionamentos (2008, p. 80).

O Serviço Social não pode ser visto como assistencialismo, com fundo moral, mas sim uma ruptura com estas bases, pois o mesmo apesar de ter iniciado com bases morais católicas, hoje se encontra fundamentado no ser ontológico – sujeitos sociais, não como meros reprodutores de conhecimento, mas produtores de saber. É sair da singularidade, do individual, para conhecer o coletivo, entender a realidade no todo.

O Serviço Social é uma prática técnica de intervenção da realidade social. É uma assertiva que sugere um rótulo empiricista à profissão, paramentando-a com cores positivistas, retirando desta a virtualidade de uma prática social analítica e de cunho científico, colocando em suspeição a capacidade de construção teórico-metodológico na ação profissional. (Baptista, 1999, p. 44)

O assistente social tem uma riqueza de conhecimento teórico que relacionado à prática – práxis² – consegue chegar onde outros profissionais dificilmente conseguiriam. Sabemos que o Serviço Social passou por grandes mudanças desde seu início, onde as bases eram assistencialistas e de cunho moral. Essas evoluções resultaram em uma profissão voltada ao coletivo, com olhar universalista, embora não possua um método exclusivo de abordagem, que seja o mesmo a todo o ser, pois este é um ser social, que produz e reproduz a realidade vigente, portanto, único, mas histórico, por fazer parte de transformações da sociedade. Como cita Martinelli (1999, p. 13)

² Olhar e compreender a prática. Pede uma nova relação entre o profissional e a prática. É a teoria com a prática, é a ação transformadora (ação/reflexão/ação).

Nós que somos profissionais do social, temos uma riqueza de prática, uma riqueza de vida que poucos profissionais têm, temos uma atividade que se constrói na trama do cotidiano, que se constrói nas tramas do real. Discutir a prática social traz, hoje, como exigência a discussão não só da identidade dessa prática, mas do contexto onde se realiza, de suas articulações e finalidades. Não podemos pensar nas práticas sociais como práticas universais abstratas, que caibam em qualquer contexto, que respondam a qualquer problema. As práticas são eminentemente construções sócio-políticas, são eminentemente históricas. [...]

As várias expressões da questão social são o objeto do Serviço Social. Somos uma profissão interventiva que atua no âmbito da questão social por meio da particularização das relações sociais de produção e reprodução da vida social, através das contradições do capitalismo (Cadernos ABESS, 1996). Sendo estas, alteradas de acordo com a conjuntura vigente.

Hoje as expressões da questão social estão mais acirradas com novas expressões, novas demandas de direitos que não são alcançadas pela população. O cidadão tem seus direitos violados na saúde, na educação, na segurança etc. Há um grande desrespeito aos direitos humanos e é neste contexto que o Serviço Social se reformula, com um projeto ético-político e um movimento de construção e reconstrução crítica, equiparando os acessos a direitos de forma igualitária. Logo, é necessário que o assistente social tenha o conhecimento teórico e prático para que sua ação interventiva seja eficaz e de qualidade. Como cita lamamoto,

O momento presente desafia os assistentes sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social nos níveis nacional, regional e municipal, diante das estratégias de descentralização das políticas públicas. Os assistentes sociais encontram-se em contato direto e cotidiano com as questões da saúde pública, da criança e do adolescente, da terceira idade, da violência, da habitação, da educação etc., acompanhando as diferentes maneiras como essas questões são experimentadas pelos sujeitos. (lamamoto, 2005, p. 41)

Na medida em que o Serviço Social vai se reformulando, a questão social vai se tornando mais intensificada. A dimensão política e os desafios da profissão são expostos junto à estrutura (econômica), à conjuntura (política, estado social) e ao cotidiano (realidade concreta dos usuários). Percebemos que este sistema parte da macro para a microestrutura.

O/A profissional de Serviço Social precisa estar atento à totalidade da realidade vivenciada pelo sujeito, ou seja, compreendê-la em sua essência, e não apenas no que está aparente. Assim sendo, deve analisar a circunstância a partir de duas dimensões: a da singularidade e da universalidade para se chegar à particularidade da situação apresentada.

É na singularidade que o/a assistente social analisa os fatos de forma imediata, sendo este um conhecimento superficial da realidade, dando um retorno imediato sem refletir de forma pragmática.

O/A profissional busca na universalidade superar as “barreiras”, é uma visão mais ampla e concreta do real. A universalidade constitui-se no processo de ultrapassagem da facticidade, é quando se sai do concreto sensível para o concreto pensado, chegando assim à particularidade. É o espaço reflexivo-ontológico no qual a legalidade universal singulariza-se e a imediaticidade do singular universaliza-se.

Portanto, como a luta de classes é vivenciada diariamente, é necessária uma análise de conjuntura diária, interpretando o segmento político, econômico e social. Compreender as ideologias impostas pela sociedade, não apenas na prática, mas construir conhecimento para adquirir maior entendimento. O serviço de assistência tem papel proeminente na sociedade, pois possibilita o acesso à justiça, aos direitos e garantias do indivíduo. O/A assistente social, pode concretizar o projeto ético-político através da mediação de suas práticas, ou seja, por meio da instrumentalidade do Serviço Social.

Sendo a violência contra as mulheres uma expressão da questão social o/a assistente social pode e deve intervir nesta realidade, pois somos profissionais articuladores de direitos, deste modo um de nossos papéis é informar e orientar esta vítima que ela possui direitos. Principalmente construindo possíveis formas de enfrentamento, cujo ponto de partida é a superação do modo como a mulher compreende a sua própria realidade.

Para tanto, deve-se pensar na instrumentalidade do Serviço Social através de seu tripé, ou seja, pensar na articulação teórico-metodológica, apoiada na teoria social crítica, técnico-operativa e ético-política norteadoras do projeto que defendemos para alcançar os objetivos.

A competência teórico-metodológica refere-se ao conhecimento das teorias do Serviço Social, diretrizes, leis e normatizações relativas às políticas e programas sociais, os quais possibilitam a efetivação da análise da situação.

No entanto, o profissional deve ter conhecimento aprofundado do assunto sobre o qual é chamado a opinar.

O compromisso ético-político requer os princípios e normas do Código de Ética da profissão a aplicação da cidadania, a defesa dos direitos humanos, justiça social e equidade, sem discriminação de gênero, etnia, religião, opção sexual entre outros.

A capacidade técnico-operativa refere-se à habilidade do/a profissional em utilizar os instrumentos de trabalho que melhor convêm em determinada situação, os recursos que permitam a operacionalização da ação profissional, saber identificar o momento certo para proporcionar melhor qualidade de atuação.

Podemos dizer que os objetivos profissionais determinam os instrumentos e técnicas de intervenção, as metodologias não estão prontas e acabadas. Primeiro precisamos definir “para que fazer”, para depois saber “como fazer”. O Instrumental é o resultado da competência e compreensão da realidade social.

Logo, o/a assistente social precisa ter um bom embasamento teórico, necessita conhecer as políticas públicas, os direitos dos cidadãos, utilizar instrumentais técnicos operativos para prestar um trabalho eficaz e efetivo ao usuário.

O/A assistente social aponta às políticas sociais, o exercício da cidadania, a democratização, faz um atendimento de qualidade informando que somente ela (a usuária) é capaz de conquistar seus direitos, seja no psicológico (valorização, autoestima, questões pessoais e interpessoais), sócio-cultural (gênero, acesso aos direitos), político ou econômico. Através dos elementos constitutivos da práxis deve, a partir da instrumentalidade, unificar a intencionalidade da ação, proporcionando a garantia dos direitos das usuárias.

Para tanto, vale explicitar neste artigo alguns dos instrumentais utilizados pelo/a assistente social para o enfrentamento das expressões da questão social referentes não só à violência contra as mulheres mas também num todo. Sendo estes instrumentais a entrevista, observação, visita domiciliar entre outros.

A entrevista é um dos primeiros instrumentos utilizados pelo/a assistente social, pois o mesmo é potencializador do diálogo entre usuário e

assistente social, o que permite que o profissional consiga analisar qual a intervenção necessária. “A entrevista é um diálogo entre duas pessoas, um diálogo que é sério e tem um propósito” (Benjamin, 1978), é necessário que se tenha o conhecimento da totalidade, como confirma Lukács (1968, p.106) “a aproximação dialética do conhecimento da singularidade não pode ocorrer separadamente das suas múltiplas relações com a particularidade e com a universalidade”. Não se pode ficar na imediatividade, é indispensável ter capacidade de utilizar as técnicas da entrevista, como forma de clarificação de determinado contexto. Ela é um instrumento propositivo, com uma finalidade, não se restringindo apenas à observação dos elementos objetivos, mas também aos elementos subjetivos de uma determinada situação. É ver o invisível, o que está oculto, perceber o que não foi dito, mas que está exposto. É o momento da acolhida, no qual a mulher vitimizada irá expor a sua fragilidade ao profissional, para que este, ao analisar o contexto vivenciado, possa ofertar melhores condições de fortalecimento de sua autoestima, de autonomia pessoal e social, necessários à superação da situação apresentada, entretanto, não é um acolhimento sem propósitos, mas uma conversa que desencadeie um espaço de meditação, que busque a intervenção mediativa, assim como cita Merhy (1997, p. 132)

O encontro entre esses sujeitos se dá num espaço no qual se produz uma relação de escuta e responsabilização, a partir do que se constituem vínculos e compromissos que norteiam os projetos de intervenção. Esse espaço permite que o trabalhador use de sua principal tecnologia, o saber, tratando o usuário como sujeito portador e criador de direitos. O objetivo da intervenção seria o controle do sofrimento [...].

Desta maneira o/a assistente social consegue dar orientações, esclarecimentos e, após, encaminhamentos para os devidos recursos, caso necessário, para que mulher possa desenvolver as transformações que ela achar importante.

A visita domiciliar é um dos instrumentos utilizados quando há necessidade de se obter o máximo da realidade do usuário, aquela que as vezes fica escondida na entrevista. Assim como cita Sarita Amaro: “observar o que não é explicitado é um caminho à descoberta de prováveis aspectos importantes daquela realidade” (2003, p. 23).

A observação é um dos instrumentos utilizados em todos os outros instrumentais, pois é necessário observar a totalidade sem deixar de ver a divisibilidade, ver que todos os fatos estabelecem uma correlação. Mantendo sempre uma ética profissional, independente dos arranjos familiares, classes econômicas, sem qualquer forma de preconceito.

Em qualquer instrumental utilizado é imprescindível que se tenha a ética profissional e também o respeito, o/a profissional precisa constatar qual é a expressão da questão social, dando orientação, esclarecimentos e se necessário encaminhando para o local adequado. Onde os preconceitos não devem estar presentes, mas sim predominar a empatia, as atitudes de não julgamento diante dos fatos.

Percebemos que nesse processo de intervenção, o/a assistente social deve trabalhar com o entendimento dos direitos do cidadão explícitos no Código de Ética, cuja orientação permite atuar em toda a extensão, a complexidade da condição humana, bem como ter presente no seu cotidiano profissional, os princípios e regulamentações profissionais. Exercer com qualidade sua profissão, com conhecimento específico, com uma visão crítica e analítica da questão apresentada, superando as barreiras burocráticas e formais, caso existam na instituição.

Cabe à/ao profissional dominar e abranger aptidões para tornar visíveis as dinâmicas dos processos sociais que formam o viver dos/as usuários/as, para explicitar a dimensão de totalidade do sujeito social ou sujeitos que são os objetos da ação. Reconhecendo que a mulher é um indivíduo social, ou seja, um sujeito que tem uma história de vida, que está inserido em uma sociedade, convive e/ou conviveu com alguma forma de organização familiar, vive em um território traçado socialmente por políticas públicas comprometidas ou não com a efetivação dos direitos. Esta postura exige do profissional capacidade e informação a respeito da realidade, da diversidade das famílias contemporâneas, reconhecendo principalmente a precarização do trabalho e das políticas sociais, compreendendo assim a importância do trabalho interdisciplinar. Como salienta Sá (1995, p. 20)

Para se constituir, a perspectiva interdisciplinar não opera uma eliminação das diferenças: tanto quanto na vida em geral, reconhece as diferenças e as especificidades, convive com elas, sabendo, contudo que elas se reencontram e se completam, contraditoriamente

e dialeticamente. O que de fato está em questão na postura de interdisciplinaridade, fundando-a, é o pressuposto epistemológico de acordo com o qual a verdade completa não ocorre numa Ciência isolada, mas ela só se constitui num processo de concorrência solidária de várias disciplinas.

O/A assistente social é influenciado por várias determinantes como dimensões política, econômica, cultural entre outras, exigindo do profissional um conhecimento detalhado da realidade na qual está inserido. Cada profissão se diferencia com teorias e práticas que definem suas especificidades, garantindo suas verdades. Para que haja o reconhecimento do saber, os profissionais devem estabelecer parcerias com outras ciências, pois a interdisciplinaridade está baseada na relação de reciprocidade, de mutualidade, visando uma atitude diferenciada frente à problemática apresentada, é trocar a concepção fragmentada pela totalitária e assim entender o ser humano por vários ângulos (Sá, 1995).

O trabalho da equipe interdisciplinar ocorre num processo de complementaridade, num intercâmbio, pressupondo a integração de serviços, num conjunto de ações planejadas e inter-relacionadas, buscando assim, um trabalho que atenda às demandas da população, pautado em objetivos comuns. A intervenção do profissional de Serviço Social se dá mediante a atuação de outros profissionais, numa articulação de saberes que proporcionam relevância nos resultados positivos mesmo que se mostrem pouco a pouco. Explicitado pela citação de Grossi, Tavares e Oliveira (2008, p. 279)

O profissional de Serviço Social, que intervém diretamente na realidade social dos sujeitos, tem como pressuposto de atuação a articulação do trabalho em rede. Nesse espaço, seguramente, são reforçados valores como colaboração, confiança e solidariedade. Dessa forma, o assistente social e outros atores se dispõem a pesquisar, monitorar, avaliar e promover a materialização de ideias, fomentando a distribuição de responsabilidades, a tomada democrática de decisões, controles coletivos sobre o que está a ser feito e avaliações sistemáticas dos resultados obtidos.

As mulheres vitimizadas necessitam deste trabalho interdisciplinar, no qual cada profissional irá trabalhar a sua especificidade, não deixando de analisar os conhecimentos passados por outro profissional de diferente área de atuação, com coesão e colaboração, compartilhando em uma troca mútua

entre as especificidades. Todos trabalhando em cooperação, proporcionando ao usuário um atendimento de qualidade.

Além dos vários fazeres do assistente social, está também presente o estudo social que unifica um processo de trabalho, que se constitui pela articulação entre objeto e finalidade – o que conhecer, como conhecer e para que conhecer.

Como salienta Fávero (2007, p. 9),

Por meio de instrumentais – técnico-operativo, ético-político e teórico-metodológico, constrói-se com o estudo social um “saber” a respeito dos sujeitos envolvidos nas ações que tramitam no Judiciário. Em decorrência, o registro elaborado como resultado do estudo (relatório, laudo e/ou parecer) passa a ser um instrumento de poder, ou uma “verdade” em relação àquela situação – que contribui para a definição do futuro desses sujeitos, na medida que nesse espaço institucional tal registro tem como finalidade central constituir-se como uma das “provas” que compõe os autos processuais.

O estudo social requer do profissional muita atenção para não se deixar levar pelas teias do cotidiano, é o saber avaliar comportamentos, modos de interagir, num processo de construção do conhecimento e não julgamento. O/A assistente social precisa ter clareza das questões que envolvem a instrumentalidade, os princípios e valores éticos da profissão não só no âmbito da violência, mas em todas as áreas de atuação.

É neste processo que o profissional se apropria do empoderamento, coloca para a usuária que a tomada de decisões tem que partir dela e não do/da assistente social, resgata o indivíduo como sujeito à liberdade de ações, no entanto, o valor da liberdade individual supõe uma relação com o outro, com o grupo e com a sociedade na perspectiva de que a plena realização da liberdade de cada um requer a plena realização de todos.

O objetivo do empoderamento é consolidar direitos, descentralizar poder, pois ninguém dá poder a ninguém, mas sim, o conquista. Dessa forma o/a assistente social visa a emancipação da mulher, através de sua identificação com o contexto inserido e sua tomada de consciência de onde pretende chegar.

A definição de empoderamento se aproxima da autonomia, onde o indivíduo decide sobre as questões que lhes dizem respeito. Empoderar é o processo no qual o usuário tem a visibilidade, autoridade e capacidade de ação e decisão.

Para Vasconcelos (2001) empoderamento é "o aumento do poder pessoal e coletivo de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão e dominação social." (2001, p. 5).

Empowerment, ou empoderamento, pode ser definido como "um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder – psicológico, sócio-cultural, político e econômico – que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania." (PINTO, 2001, p. 247).

Percebemos que o Serviço Social tem um papel fundamental no empoderamento da usuária, pois o mesmo a trata como um sujeito de direitos, produtor e não apenas reproduzidor de conhecimento. Compreende a necessidade de estratégias para desvendar os paradigmas da correlação de forças existentes, e assim contribui para a emancipação dos sujeitos. Realiza uma análise mais aprofundada da realidade que se encontra a usuária (o tempo histórico do sujeito) para obter a efetividade, e não apenas um trabalho temporário. Conhecer as fragilidades e potencialidades dessas usuárias, a fim de identificar o processo de envolvimento das mesmas, entendendo que elas estabelecem relações, seja de violência, isolamento, abandono, entre outras nas redes primárias (família) ou redes secundárias (comunidade).

Sendo assim, um trabalho de prevenção se faz necessário, além disso, tem que se trabalhar com as consequências que toda esta violência causa. Na articulação de uma rede de atendimento que envolva não somente o Município de Matinhos, mais também todo o litoral paranaense, fazendo desta forma com que o direito da mulher seja efetivado.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o objetivo deste artigo foi promover uma reflexão sobre a atuação do profissional de Serviço Social junto às mulheres vítimas de violência no Município de Matinhos, destacamos que há diversas lacunas no manejo de tal problemática nessa realidade. Por meio do estudo de pesquisas

prévias realizadas no local, ficou evidenciada a falta de sistema estruturado, bem como de profissionais de Serviço Social que trabalhem especificamente com atendimento às mulheres vitimizadas na município.

Nesse sentido, procuramos evidenciar o potencial que profissionais assistentes sociais podem desempenhar na realidade de Matinhos, por meio de seus instrumentais.

Assinalamos assim, não apenas a necessidade de assistentes sociais, mas também de toda uma equipe técnica, além de locais apropriados para o atendimento destas usuárias, bem como uma rede de serviços que proporcione um atendimento digno e de qualidade. São necessárias também políticas públicas que sejam articuladas com a sociedade civil, trazendo respostas às demandas locais, possibilitando desta forma um melhor retorno da questão apresentada.

No entanto, essa ausência não significa a estagnação dos assistentes sociais perante esta realidade, ao contrário, não podemos deixar de destacar que a ação do assistente social deve ter como sinônimo o prático reflexivo, uma ação que deve ser pensada e refletida para então ser desenvolvida como resposta. Um local no qual a mulher possa sentir a segurança e o conforto de ser entendida, trazendo um diálogo entre as vítimas, mostrando a importância da denúncia e de que também ela não é a única, reconhecendo que com autonomia os traumas causados podem ser superados.

Como a complexidade que envolve a questão e a tessitura de particularidades acerca do atendimento às vítimas, não podemos deixar de considerar que a instrumentalidade do Serviço Social é uma condição sócio-histórica, articulada aos processos sociais, que permite ao assistente social construir uma resposta para o enfrentamento das relações sociais. A instrumentalidade enquanto resposta ao fazer profissional do assistente social não tem apenas um teor técnico-operativo, mas sim a articulação da teoria/prática, ajudando a superar a fragilidade na oferta e qualidade do atendimento.

Diante da avaliação do presente estudo, destacamos que para a implementação de um trabalho mais qualificado do Serviço Social seria necessário melhorar a estrutura física, que neste caso seria a criação de locais destinados às mulheres vítimas de violência, bem como a necessidade de investimento em políticas públicas de enfrentamento não apenas dos aspectos

emergenciais, embora seja necessário, mas principalmente para a redução da violência contra as mulheres.

Os/As assistentes sociais devem trabalhar em rede, articulando seu conhecimento com outros profissionais e locais, trabalhando na intervenção da situação apresentada e também na prevenção destas expressões da questão social. Independente das especificidades das profissões o trabalho interdisciplinar proporciona novos e diferentes conhecimentos, possibilitando o pluralismo de subsídios referentes ao objeto da ação profissional. Os cruzamentos dos saberes permitem novos paradigmas de atuação para a equipe de trabalho.

Não adianta querer solucionar o problema, precisamos auxiliar a vítima a encontrar suas próprias soluções. Apesar de ser uma construção social que está enraizada em assimetrias de gênero, precisamos romper com as questões culturais tradicionais, de forma persistente e paciente, tendo um bom embasamento para o planejamento e execução das ações pretendidas com retorno positivo.

Acreditamos que este artigo trouxe uma contribuição para a reflexão a respeito do trabalho dos/das assistentes sociais exercido junto às mulheres vitimizadas, permitindo uma maior discussão sobre este campo de atuação, bem como demonstrar a necessidade de criar locais específicos para o combate a este ciclo de violência não só no Município de Matinhos, como também em todo o litoral paranaense.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABESS/CEDEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social.** Cadernos ABESS. n. 7, São Paulo: Cortez, 1997.

AMARO, S. **Visita domiciliar:** guia para uma abordagem complexa, Porto Alegre. AGE, 2003.

BAPTISTA, M.V. **Planejamento social:** intencionalidade e instrumentação, São Paulo: Veras Editora; Lisboa: CPIHTS, 2007. (Série livro-texto; 1)

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** In CRESS – PR. Legislação Social: Cidadania, políticas públicas e exercício profissional. 2ª edição. Curitiba – PR: 2007.

_____, **Constituição Federal de 1988.** Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006, § 8º do Art. 226.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CHUAIRI, S.H. **Assistência jurídica e serviço social:** reflexões interdisciplinares. In: Serviço Social e Sociedade, n. 67, São Paulo: Cortez, 2001.

DIAS, M.B. **A Lei Maria da Penha na justiça:** a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

GROSSI, P.K.; OLIVEIRA, S.B.de; TAVARES, F.A. **A rede de proteção a mulher em situação de violência doméstica.** Avanços e desafios, 2008.

IAMAMOTO, M.V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional, 12 ed., São Paulo: Cortez, 2005.

_____, M.V. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação. Histórico-metodológico / Marilda Villela Iamamoto, Raul de Carvalho, 12 ed., São Paulo: Cortez, 1998.

IANNI, O. **A questão social**. In: A idéia do Brasil moderno. São Paulo: Brasiliense, 1992.

KARSCH, U.M.S. **O serviço social na era dos serviços**, 4 ed., São Paulo: Cortez, 2008.

LUZ, N.S.da; CARVALHO, M.G.de; CASAGRANDE, L.S. **Construindo a igualdade na diversidade**: gênero e sexualidade na escola / org., Nanci Stancki da Luz, Marília Gomes de Carvalho, Lindamir Saete Casagrande. Curitiba: UTFPR, 2009.

MARCONI, M.A. **Técnica de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos, 5. ed., São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINELLI, M.L. (org.) **Pesquisa Qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999.

_____, M.L. **Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional** / emancipação, 2006.

MORIN, E. **Ciência com consciência** / Edgard Morin; tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Ed revista e modificada pelo autor, 8 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MUNHOZ, E.N.M. **Entre a universalidade da teoria e a singularidade dos fenômenos**: enfrentando os desafios de conhecer a realidade. In: Revista emancipação. Departamento de serviço social e mestrado em ciências sociais aplicadas. UEPG, v. 6, n. 1, 2006.

SÁ, J.L.M. **Serviço Social e interdisciplinaridade:** dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão / Antonio Joaquim Severino [et. al.]; Jeanete Liasch Martins de Sá (org.), 2 ed., São Paulo: Cortez, 1995.

SAFFIOTI, H.I.B **Gênero, patriarcado, violência.** Coleção Brasil Urgente. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SIGNORELLI, M.C. **Mudaram as estações...Nada mudou:** Profissionais do Sistema Único de Saúde e Mulheres Vítimas de Violência Doméstica no Litoral Paranaense. UNIFESP, São Paulo, 2011.

TURCK, M.G.M.G. **Serviço Social Jurídico:** perícia social no contexto da infância e da juventude. Livro Pleno, 2000.